

**Publicado em 09/11/2011 às 14:37:43**

Foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Município a contratação da empresa DV Assessoria Contábil, vencedora da licitação para análise dos documentos referentes à CPI da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília).

Concorreram ao processo licitatório cinco empresas, mas apenas três foram julgadas habilitadas para participar pois possuíam a documentação correta. A empresa vencedora apresentou o menor valor que foi fechado em R\$ 59 mil.

Segundo o presidente da comissão de licitação, Adolfo Moraes Carvalho, o contrato foi assinado ontem e os trabalhos devem ser iniciados imediatamente.

O presidente da Comissão, o vereador Eduardo Gimenes afirmou que o próximo passo será uma reunião com a empresa contratante. Durante o encontro serão acertados os modos de trabalhos e prazos. Após este passo será agendada nova reunião da CPI.

"Agora será iniciada a análise dos documentos já existentes, bem como os que ainda estamos aguardando para receber", disse Gimenes.

**Fonte: [Diário de Marília - 08/11/2011](#)**

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4571](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4571)

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

**Publicado em 31/10/2011 às 11:21:32**

### **Processo para contratação de perito está perto do fim**

*O processo de contratação de perito para a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília) está perto do fim. A informação foi divulgada hoje pelos membros da Comissão.*

*"As propostas já foram abertas. Quinta-feira (3) é o prazo final para apresentação de recurso contra o certame. Se ninguém se opuser ao processo, na sexta-feira (4) já teremos um perito contratado", disse o presidente da Comissão, vereador Eduardo Gimenes.*

### **DOCUMENTAÇÃO**

*Durante a reunião foi informado também que já estão disponíveis para análise da CPI os livros razão e diário da Fumes. Com esses documentos é possível saber quanto de dinheiro foi destinado pela entidade à compra de medicamentos, pagamento de funcionários, etc., e quanto foi efetivamente gasto com cada um desses itens.*

*Entretanto, de acordo com os membros da Comissão, a documentação referente aos contratos de aluguéis e à terceirização de servidores ainda não foi enviada para a CPI.*

*O vereador Wilson Damasceno, membro da CPI, informou que, em Sessão da Câmara, já havia solicitado essas informações e também não obteve resposta.*

Disse, ainda, que irá reiterar o pedido informando ao diretor da entidade que se não for atendido poderá denunciá-lo por improbidade administrativa.

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4529](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4529)

\*\*\*\*\*

**Publicado em 19/10/2011 às 14:16:17**

### **Comissão prorroga prazo para fim dos trabalhos**

Em reunião realizada hoje, os membros da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília) deliberaram pedir a prorrogação por mais 60 dias dos trabalhos da Comissão a fim de continuar as investigações em andamento.

O presidente da CPI, vereador Eduardo Gimenes, informou, ainda, que os documentos requeridos do Ministério Público Estadual já foram recebidos.

“Agora é primordial para os trabalhos o recebimento dos documentos pedidos ao Tribunal de Contas, pois esses são citados nos inquéritos recebidos do Ministério Público”, disse Gimenes. De acordo com o relatório da reunião de hoje, a situação da Fumes pode estar regularizada junto ao Tribunal.

Sobre a contratação de perito para analisar os documentos recebidos pela CPI, o presidente da Comissão informou que deixou a decisão a cargo do presidente da Câmara, Yoshio Takaoka.

A próxima reunião da CPI será dia 31 de outubro, às 9h, na sala “Nasib Cury”, localizada na Câmara Municipal.

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4467](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4467)

\*\*\*\*\*

### **Doreto Campanari é ouvido como colaborador pela Comissão**

**Publicado em 06/10/2011 às 16:21:01**

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília) ouviu hoje, como colaborador, o médico e ex-deputado federal Oswaldo Doreto Campanari.

Doreto contou à Comissão como se deu o processo de fundação da Fumes, sua estadualização e a luta para que a Famema (Faculdade de Medicina de Marília) seja encampada pela Unesp (Universidade Estadual Paulista).

Entretanto, Doreto não soube dizer para onde vai hoje a verba estadual repassada à Prefeitura, se para a Fumes ou para a Famar (Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília).

### **DOCUMENTOS**

O presidente da Comissão, vereador Eduardo Gimenes, informou que a documentação referente a Fumes, Famar e Famema solicitada do Ministério Público Estadual, Polícia Federal e Tribunal de Contas ainda não foi enviada.

Já Prefeitura informou à Comissão os repasses feitos às instituições.

Entretanto, a Fumes não enviou todos os documentos solicitados pela CPI.

Na reunião de hoje, a Comissão deliberou solicitar da Fumes e Famar o envio dos contratos de aluguéis e os respectivos aditivos, bem como todos os contratos de terceirização e aditivos relacionados ao atendimento de saúde.

Gimenes anunciou, ainda, que a Comissão deverá realizar uma reunião com o promotor de Justiça Isauro Pigozzi Filho – ainda sem data marcada.

## **PERITO**

Segundo o presidente da Comissão, já foi aberta licitação para contratação de perito, que é feita por meio de carta-convite.

A contratação deve ser efetuada até o dia 18 de outubro.

A próxima reunião da CPI será realizada no dia 19 de outubro, às 9h, na sala “Nasib Cury”, localizada na Câmara Municipal.

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4387](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4387)

\*\*\*\*\*

## **Prefeitura retira projetos que pretendiam transferir funcionários da Fumes para a municipalidade**

**Publicado em 21/09/2011 às 11:32:43**

A Prefeitura voltou atrás e retirou dois projetos que previam a transferência de aproximadamente dois mil funcionários da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília) para a Administração Municipal. A informação foi divulgada hoje durante a reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que analisa possíveis irregularidades na instituição.

Os membros da Comissão temiam que se esses projetos fossem aprovados a dívida de mais de R\$ 500 milhões que entidade teria, referente ao não repasse do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) de seus funcionários, seria transferida para a Prefeitura.

“Uma vitória já foi conquistada pela CPI com a retirada desse projeto”, disse o presidente da Comissão, vereador Eduardo Gimenes.

Segundo ele, a decisão da Prefeitura se deu após uma reunião informal onde os membros da CPI pressionaram o Executivo em favor da retirada dos projetos.

## **DOCUMENTOS**

No encontro de hoje, foi informado que os documentos solicitados à Prefeitura referente à Fumes, Famar (Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília) e Famema (Faculdade de Medicina de Marília) ainda não foram enviados. O prazo para a entrega termina no próximo dia 29.

Além disso, a Comissão deve requisitar informações referentes às três entidades ao Tribunal de Contas, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Federal.

## **COLABORADOR**

O terceiro membro da CPI, vereador Wilson Damasceno, sugeriu que o ex-deputado federal e membro da MATRA, Oswaldo Doreto Campanari, fosse convidado a colaborar com as investigações. Doreto teria participado do processo de fundação da Fumes e da Famar, algo obscuro na opinião dos membros da Comissão.

“Tudo o que vier colaborar com a elucidação das possíveis irregularidades é bem vindo”, afirmou Eduardo Gimenes ao acatar o pedido de Damasceno.

A próxima reunião da CPI acontecerá na próxima quinta-feira (29), às 9h, na sala "Nasib Cury", na Câmara Municipal.

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4250](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4250)

\*\*\*\*\*

## **CPI da Fumes requer documentos ; membros reclamam da dificuldade para contratação de perito**

**Publicado em 14/09/2011 às 15:16:13**

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior) retomou seus trabalhos hoje (14).

Os trabalhos da Comissão foram iniciados no meio do ano passado para investigar os motivos que levaram a instituição a ter uma dívida de aproximadamente R\$ 500 milhões, mas, devido à liminar concedida à Fumes, as investigações estavam paradas. Entretanto, em maio deste ano a juíza Ângela Martinez Heinrich cassou a liminar que impedia o funcionamento da CPI e, nessa segunda-feira (12), a Câmara Municipal recebeu a notificação da decisão, o que permitiu a retomada dos trabalhos de investigação.

Na reunião de hoje, o presidente da Comissão, vereador Eduardo Gimenes, explicou que o objetivo das investigações é apurar qual é exatamente a receita da Fumes, quem recebe esse dinheiro, como é utilizada essa verba, quais despesas são pagas com ela e se está havendo desvio de finalidade na aplicação dos repasses destinados à instituição.

"Nossa preocupação maior é forma como estão sendo gastos esses recursos", disse Gimenes.

Para apurar possíveis irregularidades, a Comissão pediu à Fumes os balancetes detalhados de receita e despesas e todo e qualquer documento contábil referente à repasses de verbas públicas e sua aplicação. Segundo o presidente da CPI, com essas informações, será possível verificar se a verba destinada à Fundação foi usada corretamente.

Também foram requisitados o ato constitutivo da instituição e todas as suas subsequentes alterações. Com isso, espera-se desvendar a "caixa preta" da Fumes, como definiu Gimenes. "Nem a Prefeitura sabe informar o que é Fumes, o que é Famar [Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília] e o que é Famema [Faculdade de Medicina de Marília]", comentou o presidente da CPI.

A Comissão requereu, ainda, a relação completa de funcionários vinculados à Fumes, Famar e Famema, constando forma de contratação, local e horário de trabalho.

Além disso, foi solicitado também informações a respeito da dívida de aproximadamente R\$ 500 milhões que a Fumes teria referente ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) de seus funcionários.

"Tramita na Câmara um projeto que pretende passar quase 2 mil funcionários da entidade para a Prefeitura. Se isso acontecer, essa dívida altíssima pode ser transferida para a Prefeitura. Não podemos deixar que isso aconteça", contou Gimenes.

### **Auditoria**

Para analisar toda a documentação requerida, a CPI pretende contratar

auditores.

Entretanto, de acordo com os membros, a Comissão vem encontrando sérias dificuldades para encontrar profissionais para realizar esse serviço.

“As pessoas consultadas para realizar a auditoria estão cobrando um preço exorbitante com o objetivo de não fazer o serviço. No trabalho sobre o Rombo da Câmara o valor cobrado foi dez vezes menor”, informou o terceiro membro da Comissão, vereador Wilson Damasceno.

O vereador Eduardo Gimenes acredita que isso se deve ao receio dos profissionais de se envolverem com as investigações.

**Repasse destinados à Fumes:**

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2006	R\$ 34.640.000
2007	R\$ 34.640.000
2008	R\$ 34.762.000
2009	R\$ 49.592.000
2010	R\$ 86.761.000

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4205](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4205)

\*\*\*\*\*

**Sessão da Câmara: CPI da Fumes é retomada; reunião acontecerá amanhã**

**Publicado em 13/09/2011 às 11:24:01**

Durante a Sessão da Câmara dessa segunda-feira o vereador Eduardo Gimenes anunciou a retomada dos trabalhos da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília). A reunião acontecerá amanhã (14), às 9h, na sala “Nasib Cury”.

A Comissão, formada pelos vereadores Eduardo Gimenes (presidente), Júnior da Farmácia (relator) e Wilson Damasceno (terceiro membro), deve apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos destinados à instituição mantenedora do Complexo Famema, que administra o Hospital das Clínicas, Hospital Materno Infantil, Unidade São Francisco, Hemocentro e Ambulatório Mário Covas.

A CPI terá prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

“Queremos saber onde foi gasto e como foi gasto esse dinheiro destinado a Fumes. Devemos, no mínimo, dar uma resposta à população”, disse o Gimenes ao anunciar a retomada dos trabalhos.

A CPI foi instalada em junho 2010. No mesmo ano, a Fumes entrou com mandado de segurança pedindo a suspensão das investigações. O pedido foi negado pela Justiça.

## PROTESTO

Usando um nariz de palhaço, a aposentada Eunice Muller protestou contra o aumento do número de vereadores em Marília.

Eunice segurou um cartaz com os dizeres: "Senhores 21 vereadores... Para que!!! Para quem!!!".

### **Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=4196](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=4196)

\*\*\*\*\*

## **Justiça cassa liminar e CPI da Fumes deve ser retomada**

**Publicado em 08/06/2011 às 14:22:26**

A juíza da 5ª Vara Cível de Marília, Ângela Martinez Heinrich, julgou improcedente o mandado de segurança obtido pela Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília), em 13 de julho de 2010, que suspendeu a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que deveria investigar o destino dado aos repasses feitos pela Prefeitura à Fundação, mantenedora da Famema (Faculdade de Medicina de Marília). Com essa decisão, os trabalhos devem ser retomados em breve.

### **Leia a sentença na íntegra.**

Em sua decisão, a juíza considerou que a Fumes, ao lançar mão de um pedido de mandado de segurança, deveria demonstrar, sem deixar dúvida nenhuma, ter sido afetada por ato ilegal praticado pela Câmara com a abertura da CPI, o que não fez.

Segundo a Magistrada, todos os requisitos legais para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito foram atendidos. "E mais, não resta qualquer dúvida, que, dentre as funções outorgadas ao Poder Legislativo, é de suma importância aquela destinada à fiscalização dos atos praticados também pelo Poder Executivo", declara a juíza em sua sentença.

Além disso, de acordo com a sentença, também não foi constatado que a instauração da CPI feriu o direito à ampla defesa. Porém, a Dra. Ângela ressalta que a Fumes deverá ser notificada pela Comissão para apresentar defesa prévia e acompanhar as oitivas das pessoas envolvidas.

### **ENTENDA O CASO**

A CPI da Fumes, como ficou conhecida, foi instaurada em junho do ano passado e é presidida pelo vereador Eduardo Gimenes. Os demais membros são Wilson Damasceno e Júnior da Fármacia.

Os parlamentares devem investigar como foram utilizados cerca de R\$ 500 milhões repassados pela Fumes a Famema. A Câmara argumenta que a investigação é necessária "em razão das vultosas verbas públicas recebidas pela impetrante e, diante do não recolhimento do FGTS e INSS de seus funcionários, mas levando-se em conta tratar-se de dinheiro público municipal, mostra-se legítima a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração dos fatos"

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=3777](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=3777)

\*\*\*\*\*

### **Liminar impede Câmara de continuar com CPI da Fumes**

**Publicado em 21/07/2010 às 00:00:00**

A Justiça concedeu liminar pleiteada pela Fumes (Fundação Municipal de Ensino Superior) e a Câmara está impedida, temporariamente, de continuar com a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga a entidade. A liminar concedida pelo juiz da 5ª Vara Cível, Henrique Berlofa Villaverde, é a segunda conseguida pela entidade para paralisar uma CPI em menos de um ano.

A CPI, de acordo com o advogado da Fumes, Antonio Carlos Roselli, não tem um objeto completo e, por isso, entendeu-se que ela não deve prosseguir. "A questão é que a entidade está e sempre esteve aberta para passar todas as informações necessárias, por isso entende-se que a Câmara pode se utilizar de outros recursos, não sendo o caso de uma CPI", explica.

O presidente da atual comissão, Eduardo Gimenes (PMDB), diz que a Casa não deve recorrer da ação. "Infelizmente o Judiciário mais uma vez entendeu que as investigações não devem continuar. Mas, se eles têm tudo certo, qual a razão para barrar a CPI?", questiona. "A primeira comissão já havia sido trancada e acredito que esta deve ter o mesmo caminho", completa. Gimenes destaca que os trabalhos estavam adiantados. Segundo ele, os vereadores já analisavam os balancetes enviados pela Fumes e se preparavam para terminar a contratação de auditores.

Esta foi a segunda tentativa da Câmara em implantar uma CPI contra a Fumes. A primeira começou em meados de 2009, sendo extinta em setembro, em ação que gerou sentença favorável à fundação e confirmada pelo Tribunal de Justiça.

Fonte: Jornal Bom Dia Marília

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=2547](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=2547)

\*\*\*\*\*

### **Famema fala pela primeira vez sobre nova CPI contra a Fumes**

**Publicado em 10/06/2010**

O diretor geral da Faculdade de Medicina de Marília (Famema), José Augusto Ottaiano, prestou esclarecimentos na noite desta quarta (9) para a sociedade mariliense sobre os gastos vinculados ao trabalho realizado no município. Prestação de contas foram feitas durante audiência pública que aconteceu no auditório Dr. Mário Alberto Consentino, na Famema, para rebater as críticas levantadas pelo Poder Legislativo. Durante a reunião, da qual participaram representantes das Associações de Bairros de Marília, apresentou balancete que já foi encaminhado à Câmara Municipal e à Prefeitura.

A Fumes voltou a ser investigada após nova instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Os vereadores querem apurar denúncia de irregularidades que teriam sido praticadas pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília (Fumes), mantenedora da Famema, sendo esta última responsável pelo Hospital das Clínicas (HC) e Hospital Materno Infantil (HMI).

Essa foi a primeira vez que o diretor da Famema se colocou em relação ao desejo de investigação da Fumes por parte da Câmara de Vereadores. Na ocasião, além de apresentar o balanço da mantenedora no período de 2006 a 2010, Ottaiano criticou a comissão da CPI e afirmou que o ato não tem a intenção de proteger a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). "Desde a primeira tentativa de CPI, a intenção é desviar o foco de várias coisas que acontecem e que vocês sabem muito bem que realmente acontecem", disse.

Ele também afirmou que ao agredirem a Famema, estão agredindo a própria população e destacou: "Eles (Prefeitura) cobram tudo da gente. Pagamos lixo, água, IPTU, tudo. Mas quando chegamos em São Paulo para buscar uma verba para um dos hospitais, nos respondem que não vamos conseguir porque estamos com duas CPIs aqui."

Ainda sobre idoneidade da administração do complexo Famema, Ottaiano falou: "Aqui não tem nenhum trombadinha, não realizamos um trabalho de forma simples, é tudo documentado. Tem, os consciência que existem 3 mil famílias que dependem do salário que recebem aqui, pelo menos 12 mil pessoas, se calcularmos quatro pessoas por família de trabalhadores." E completou: "Esses funcionários querem reajuste salarial, faz anos que não temos."

Ottaiano informou que a Famema nunca negou acesso a nenhum documento, mas que nunca houve solicitação protocolada para análise por parte de ninguém. Ele também criticou a cobertura jornalística sobre o caso feita pelos meios de comunicação de Marília. "Em menos de duas semanas tem 58 publicações falando mal da gente. Tem um dia que foram 12 publicações. E isso somente nos jornais impressos, fora rádio e televisão."

***Fonte: Correio Mariliense***

***Mais informações acesse:***

***[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=2235](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=2235)***

\*\*\*\*\*

## **Fumes: CPI é instaurada na Câmara**

***Publicado em 01/06/2010***

O Vereador Eduardo Gimenes apresentou, no último dia 27 de maio, requerimento de sua autoria, com mais seis assinaturas, solicitando a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com prazo certo de 90 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, para apuração do seguinte fato determinado: exatamente de que forma, por quem e onde foram e/ou estão sendo utilizados os R\$ 86.761.200,00 constantes no Orçamento do Município de Marília para o ano 2010; os R\$ 49.592.921,00 constantes no Orçamento do Município de Marília para o ano 2009; os R\$ 34.762.000,00 constantes no Orçamento do Município de Marília para o ano 2008; os R\$ 34.640.000,00 constantes no Orçamento do Município de Marília para o ano 2007; os R\$ 34.640.000,00 constantes no Orçamento do Município de Marília para o ano 2006 destinados à FUMES – Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília.

Diz ainda o requerimento, que o fato determinado refere-se exatamente às receitas da FUMES constantes das peças orçamentárias municipais: quem recebe as quantias; de que forma são utilizados os recursos; para pagamento de quais despesas, uma vez que há dívidas relativas a FGTS e INSS dos funcionários da autarquia, que podem recair sobre o município no caso da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 28/2008 (em anexo), em tramitação nesta Casa, e ainda, pelo fato de o Tribunal de Contas ter reprovado licitação referente à contratação de serviços médicos especializados, com aplicação de multa em tesoureiro da entidade, conforme publicado no Diário Oficial do Estado em 11/11/2009.

O Presidente da Câmara, Eduardo Nascimento nomeou o autor Vereador Gimenes como Presidente da Comissão, o Vereador Júnior da Farmácia como relator e como membro o Vereador Delegado Wilson Damasceno, que fora autor de pedido de CPI também para investigar a FUMES e que atualmente encontra-se suspenso pela Justiça.

*Fonte: Câmara Municipal*

*Mais informações acesse:*

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=2129](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=2129)

\*\*\*\*\*

## **MATRA defende CPI da FUMES e para a crise na saúde**

**Publicado em 29/10/2009**

Assim como os acidentes aéreos, que nunca têm apenas uma só causa e sim uma sequencia delas (aviões não caem, são derrubados) não se ruma ladeira abaixo nem de repente, nem sem querer e nem por azar. Chegar a uma situação não operacional não ocorre do dia para a noite. É um fracasso pacientemente cultivado. É o caso da saúde em Marília. Com objetivo de garantir total transparência e ao mesmo tempo apurar uma série de reclamações de usuários, envolvendo esse setor, a MATRA – Marília Transparente – não só defende a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Câmara Municipal, para investigar a situação da FUMES (Fundação Municipal de Ensino Superior), como também que o Legislativo apure toda a crise do setor da Saúde que ocorre na cidade.

Recentemente, o presidente da CPI, vereador Wilson Damasceno, esteve na MATRA para expor à diretoria da entidade os objetivos dessa apuração envolvendo a FUMES, responsável pela administração dos hospitais Materno-Infantil, das Clínicas e também da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e Hemocentro. O trabalho foi interrompido por meio de liminar judicial, em fase de recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A CPI é formada pelos vereadores Wilson Alves Damasceno (presidente), Mário Coraíni Júnior e Carlos Eduardo Gimenes.

A MATRA foi a primeira entidade a se preocupar com a atual crise na saúde pública em Marília e encaminhou, após denúncias, pedido para que o Curador de Fundações em Marília intercedesse na busca de soluções, para atendimento à população e para solvência da fundação. Não acreditamos que saídas pontuais, pouco refletidas ou não planejadas, como a compra de serviços públicos da iniciativa privada, seja a

solução do problema. Acreditamos mais na boa gestão do serviço público, como reza a Constituição Federal.

Nesse contexto, dentro do princípio da transparência, reafirma seu apoio e considera legítima a abertura de CPIs (por exemplo, desvio de recursos da Câmara de vereadores anteriores a 2004; apurar a obra do esgoto, poço "Águas de Marília"), por ser um instrumento privilegiado de se apurar eventuais irregularidades e de permitir que a população saiba de que maneira estão sendo aplicados os recursos pagos por meio dos seus impostos. Graças a uma CPI, a Câmara apurou um rombo em seus cofres de R\$ 1.966.889,12, estando o caso em andamento na Justiça Estadual.

#### Saúde em crise

Marília tem um invejável equipamento público na área da saúde. Contamos hoje com dois grandes hospitais públicos, um grande filantrópico (e um de médio porte, recentemente estadualizado) e cerca de 50 unidades básicas de saúde, muitas delas desenvolvendo a estratégia saúde da família e ainda uma Faculdade de Medicina e Enfermagem privada, com seu hospital. Foi uma das primeiras cidades do país a implantar a gestão plena (integrada) no SUS e já teve na Faculdade Estadual de Medicina e Enfermagem de Marília, e sua antiga fundação (a FUMES), todo o seu sistema de saúde.

Para a MATRA, ao longo do tempo, todo o sistema de Saúde em Marília passou a funcionar de forma desarticulada, sobreposta e sem planejamento. O problema foi levantado durante o Mutirão da Cidadania, realizado pelo Ministério Público Federal em parceria com a ONG. Faltou, por exemplo, um treinamento continuado de recursos humanos, incluindo um plano de carreira compatível com as responsabilidades assumidas. Além disso, deixou de existir uma relação amistosa entre FAMEMA e Secretaria Municipal de Saúde, distanciando os dois antigos parceiros.

Por justiça, faz-se necessário lembrar que, durante um determinado período, a FUMES lutou bravamente para a manutenção do curso de Medicina. Ao que consta —e vários curadores na época podem confirmar-- os recursos eram insuficientes, o que exigia a penosa opção de recolher encargos previdenciários ou efetuar o pagamento dos funcionários.

Ao ostentar, na atualidade, um enorme passivo, certamente provindo da época em que respondia sozinha pela área da saúde na cidade, a FUMES tornou-se insolvente, já não poderia candidatar-se a receber parte significativa da verba do SUS. Ao se buscar uma solução, abre-se uma nova fundação de direito privado, a FAMAR.

A Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura ao longo do tempo retardaram imprudentemente assumir suas responsabilidades (que são municipais por lei) junto aos pronto-atendimentos. Ao passar a atender apenas pacientes referenciados, o Pronto Socorro da Faculdade de Medicina trouxe à tona mais um grave problema: a falta de estrutura do pronto atendimento na cidade.

Tal situação que hoje a todos aflige merece especial atenção e impõe a necessidade da instauração da CPI para que sejam esclarecidos os fatos que propiciaram a crise financeira da FUMES e o estado atual do serviço público de saúde em nossa cidade.

## **Leia também: Câmara recorre da suspensão da CPI da FUMES**

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=582](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=582)

\*\*\*\*\*

## **Câmara recorre da suspensão da CPI da FUMES**

**Publicado em 29/10/2009**

O Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Marília, Luiz Eduardo Gaio Junior, apresentou, nesta semana, recurso de agravo de instrumento contra decisão do Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Marília, que concedeu liminar determinando a suspensão da CPI. A liminar foi requerida pela FUMES – Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília, contra a CPI instaurada na Câmara pelos Vereadores, e que objetiva averiguar as reais circunstâncias que levaram a FUMES à condição de inabilitada para celebração convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS. O Requerimento que solicitou a abertura da CPI é de autoria do Vereador Delegado Wilson Damasceno(foto).

O Assessor Jurídico da Câmara diz, nas razões do recurso, que em janeiro de 2008 repentinamente a FUMES foi considerada inabilitada para celebrar o Convênio nº 55/2008 com o Governo do Estado de São Paulo, destinado à prestação de serviços pela FAMEMA a usuários do SUS. Em decorrência, foi substituída pela FAMAR – Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília, instituição privada criada em 30/08/2007, sem estrutura física e de pessoal e com o irrisório patrimônio de R\$ 10.000,00, sob a responsabilidade de 9 médicos, alguns deles ligados à direção da própria FUMES e à FAMEMA – Faculdade de Medicina de Marília, na condição de professores. A FAMAR, sem ser entidade reconhecida como de utilidade pública, substituiu a FUMES no Convênio 55/2008, celebrado em 11/01/2008.

Ainda, segundo o agravo de instrumento, o contrato de prestação de serviços aos usuários do SUS atribuiu à FAMAR a gestão de recursos públicos do SUS no valor de R\$ 40.379.567,02, e, “segundo consta, para poder habilitar-se ao referido convênio, a FAMAR utilizou-se de documentação em nome da FUMES”.

Segundo o Presidente da CPI, Vereador Delegado Wilson Damasceno, “começamos a ter notícias de irregularidades existentes na administração da FUMES desde aquela época, irregularidades estas que teriam determinado a declaração de sua inabilitação para a celebração de convênio com o Governo do Estado. Por este motivo, decidimos averiguar a situação e o instrumento CPI é perfeitamente legítimo. A função do Legislativo é fiscalizar, e isto nós não vamos deixar de fazer”.

De acordo com o recurso apresentado pela Câmara, surgiram notícias “da existência de dívidas da FUMES com o INSS superiores a 100 milhões de reais, da existência de penhora sobre imóveis de sua propriedade, além do fato de o Tribunal de Contas ter determinado a criação, mediante aprovação de projeto de lei municipal, de um quadro de 2000 cargos para a regularização da situação funcional dos servidores da FUMES, justamente no momento em que, por tudo isso, encontra-se esta, ao que tudo parece, em vias de extinção e assim, deixar para a Prefeitura Municipal os encargos legais dos direitos previdenciários desses mais de 2000 funcionários, deixar em seu lugar a FAMAR, para esta, com todos os bônus, usufruir de todas as vantagens, especialmente dos elevados recursos dos convênios com o SUS, porém, livre de quaisquer dívidas e responsabilidades”.

A Câmara agora aguarda o julgamento do recurso.

**Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=578](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=578)

\*\*\*\*\*

## **Câmara cria CPI para investigar a FUMES**

**Publicado em 02/10/2009**

O Diário Oficial Eletrônico do Município traz nesta sexta-feira (02) ato oficial da Mesa da Câmara Municipal anunciando a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para "as reais circunstâncias que levaram a Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília – FUMES à condição de inabilitada para celebração de convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS". O prazo da CPI será de 90 dias. A FUMES é mantenedora dos hospitais das Clínicas (foto) e Materno-Infantil.

### **Eis o ato oficial:**

#### **ATO NÚMERO 157, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009**

A Mesa da Câmara Municipal de Marília, usando de suas atribuições, baixa o seguinte ato:

Art. 1º - Fica criada, nos termos do artigo 36, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município de Marília, combinado com o artigo 50 da Resolução nº 183/90 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Marília e, de acordo com o Requerimento nº 1646/2009, de autoria do Vereador Wilson Alves Damasceno e outros, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, com prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, mediante pedido expresso e devidamente justificado do Presidente da Comissão, com o fim de evidenciar à população, representada nesta Casa de Leis, as reais circunstâncias que levaram a Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília – FUMES à condição de inabilitada para celebração de convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS, além dos motivos apresentados no requerimento em epígrafe.

Art. 2º - Para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o artigo 1º, ficam nomeados os Vereadores: Wilson Alves Damasceno, Mário Coraíni Júnior e Carlos Eduardo Gimenes.

Parágrafo Único - A Comissão Parlamentar de Inquérito será presidida pelo Vereador Wilson Alves Damasceno, terá como relator o Vereador Mário Coraíni Júnior e será secretariada pelos servidores Paulo Cesar Colombera e Loraine Rodrigues da Silva.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **Mais informações acesse:**

[http://www.matra.org.br/noticias\\_exibe.php?id=355](http://www.matra.org.br/noticias_exibe.php?id=355)